



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

JUVENTUDE E ASSENTAMENTO RURAL: RECONHECIMENTO E IMPORTANCIA DO PROTAGONISMO JUVENIL

Willy Pereira dos Santos¹ Caio Cesar Winker e Silva² Ana Raquel Martins de Holanda³ Betânia Maria Oliveira de Amorim⁴ Kissila Santos de Farias⁵

¹Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande will.lecter@gmail.com

²Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande caio_winke@hotmail.com

³Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande raquelmartinsh@gmail.com

⁴Professora dr.a do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande betania_maria@yahoo.com.br

⁵Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande kissilafarias@hotmail.com

As questões de gênero tem sido cada vez mais evidenciadas atualmente, permeando os mais variados espaços de debate e intervenções junto às comunidades. Neste sentido, os assentamentos da reforma agrária trouxeram para o seu interior debates sobre temas transversais como gênero, sexualidade, etnia e classe. Trabalhos desenvolvidos com mulheres assentadas indicam essa realidade. Todavia, observamos que a abordagem destas temáticas com os jovens não ocorrem com a mesma intensidade. Entendemos a educação popular como uma importante ferramenta de trabalho que, integrada a temática do Gênero, possibilita a emergência desses sujeitos como transformadores dos cenários em que estão inseridos. Nesta perspectiva, realizamos um trabalho teórico de cunho qualitativo com o intuito de refletir sobre o posicionamento do jovem nesse contexto e evidenciá-lo enquanto protagonista, vislumbrando a sua atuação em ações que busquem ressignificações e possíveis resoluções de problemas em torno das questões de gênero.

Palavras-chave: Gênero, Juventude, Assentamento, Educação Popular.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

Com o surgimento de novas compreensões teóricas e a abertura de novos espaços de debates em torno das questões que envolvem as temáticas de gênero, inclusive nas escolas e universidades públicas, novas formas de se trabalhar junto à comunidade emergiram enquanto estratégia para modificação de cenários compreendidos a princípio como “naturais”.

Dentro desses espaços temos os assentamentos da reforma agrária. Ao tempo em que trouxeram temas transversais para dentro de suas formações, os assentamentos não se limitaram somente à luta pela terra, compreendendo desse modo que existem outras demandas cuja luta pelo direito à terra e sua posterior conquista através de uma lógica coletiva e democrática não solucionaria. Assim, muitos trabalhos foram e são desenvolvidos com as mulheres assentadas, utilizando-se desde programas de arrecadação de recursos até mesmo a criação e organização de grupos autônomos que objetivam a produção de renda extra; todas essas ações aliadas a estratégias para a educação no campo, visam não só a emancipação financeira, mas também o trabalho em grupo, auto-organização, autoestima e autonomia.

Pensamos que tais ações desenvolvidas junto à grupos nos assentamentos em torno das questões de gênero tem excluído a juventude enquanto categoria. Apontamos que esse “esquecimento” pauta-se na representação social que se tem da juventude rural, seja ela por parte da própria comunidade ou seja por parte de agentes externos. Compreendemos que tal processo de exclusão tem como pressuposto a representação que se tem do jovem como aquele inexperiente, desinteressado, “não maduro” assim como sua dependência em relação ao pai o que implica, como constata Castro (2009, p. 194):

“A falta de acesso daqueles que são percebidos como *jovens* aos espaços de decisão é expressão dessas relações de subordinação. Mas, também, da pouca confiança advinda da associação dos *jovens rurais* ao desinteresse pelo meio rural e à atração pela cidade”.

É primordial pensarmos que as relações de gênero não limitam-se às relação entre pai e mãe, entre os “líderes” de uma família, já que as funções sociais delimitadas pelo ser homem e pelo ser



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

mulher são desde cedo passadas para os filhos. Em outras palavras, a filha deve ajudar a mãe nos afazeres domésticos e o filho sair de casa em busca de trabalho, ajudar o pai na lavoura etc.

São essas singelas organizações familiares que desde cedo limitam em torno de uma representação a função de cada um dentro da comunidade, aquilo que podem fazer o que não podem fazer. Traçamos então, em um primeiro momento, aquilo que caracteriza um jovem rural e posteriormente faremos uma discussão em torno do que se tem produzido sobre a temática de gênero nos assentamentos apontando suas limitações e ressaltando como objetivo a importância de existir trabalhos que envolvam a juventude, considerando esta enquanto categoria potencialmente transformadora de uma realidade local.

Á vista disso, como podemos pensar uma modificação das relações de gênero sem vislumbrar a juventude assentada como aquela que de alguma forma sustentará pelas próximas gerações as representações do que é ser mulher e do que é ser homem? Portanto, propomos uma reflexão acerca da temática de gênero nos assentamentos ressaltando a importância de trabalhos voltados para a juventude a partir de uma perspectiva de educação popular Freiriana.

METODOLOGIA

O presente artigo é fruto do projeto de extensão e pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande intitulado de “Sexualidade, gênero e adolescência: promovendo discursos e (re) significações assentadas no Eufrozino”, tendo como eixo temático principal a educação. O projeto tem por objetivo a criação de espaços de discussão e desenvolvimento de espírito crítico voltando as questões de gênero e sexualidade para os jovens assentados.

Nosso trabalho é de cunho teórico fundamentando-se sob a ótica da pesquisa exploratória, a qual, como nos traz (Gil, 2002, p. 41) tem por função “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Assim, percorremos um caminho conceitual que parte das questões de gênero introduzidas nos trabalhos e debates que adentra o espaço dos assentamentos. Portanto, partimos do questionamento sobre que público esses trabalhos atingem, identificando, assim, que a juventude encontra-se excluída desse contexto.

A partir do conceito de juventude introduzimos o conceito de identidade vinculando-o à representação que se tem do jovem assentado. Partindo desta vinculação, compreendemos o jovem



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

enquanto um agente crítico transformador de sua realidade. A educação popular, por sua vez, configura-se como meio, como porta de entrada para a emergência de possibilidades de transformação tanto desses sujeitos, quanto de sua realidade. Desse modo, pontuamos a importância da inserção da juventude, a partir da educação popular, nas questões voltadas ao gênero como superação de limites e possibilidade de mudanças.

SOBRE A JUVENTUDE

No que concerne ao que viria a ser a juventude, temos duas grandes formas de pensamento: uma biologicista, que compreende o que viria a ser jovem pela maturação biológica, ou seja, pelos processos de amadurecimento do corpo, que funda as bases para uma diferenciação da infância e a juventude a partir da faixa etária, tentando unificar as juventudes em uma única categoria, mas sem levar em consideração os diversos contextos que as cercam. A segunda, de viés social/cultural, entende a juventude enquanto uma fase de estabelecimento de uma personalidade fixa que está em processo de desenvolvimento moral (responsabilidade, ética etc.), educacional e profissional que indicará quem será esse jovem quando adulto (CASTRO, 2009). Assim, a juventude não pode ser resumida a uma única categoria universal. Deve ser pensada como uma categoria variável, historicamente construída.

Quando abordamos o tema “identidade”, esse campo de compreensão se estende para as múltiplas identidades que, como se compreende atualmente, um sujeito pode adquirir de acordo com os contextos e situações. Portanto, pensar a juventude é pensar que não há, apesar das compreensões biológicas, sociológicas e culturais, um conjunto de elementos que delimite de forma clara e objetiva o que viria a ser um *jovem*. Assim, é importante atentarmos - já apontando aqui duas grandes categorias de diferenciação – o que é ser jovem na zona rural e o que é ser jovem na zona urbana. Não nos estendendo sobre esse debate, salientamos que para uma melhor compreensão do que viria a ser o jovem rural é necessário que se leve em consideração o contexto social que esse jovem se mantém em constante inserção, assim como os processos de alteridade, inerentes à construção de identidades (STROPASOLAS, 2005).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Assim como Carneiro (2005) entendemos que a juventude rural é uma categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea. É uma “categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital” (Op. cit., p.245). Sendo assim, são várias as dificuldades tanto para delimitar quanto para definir a categoria juventude rural, tendo em vista as imprecisões a respeito do que se denomina por rural.

A construção de uma identidade social, no que diz respeito ao jovem da zona rural, integra valores geralmente considerados urbanos. Nesta perspectiva Stropasolas (2005) afirma que:

“(…) para compreender as visões de mundo e as expectativas dos grupos sociais que enfrentam problemas estruturais e desigualdades no espaço rural (como as mulheres e os jovens), constata-se ser necessário redefini-lo segundo novos parâmetros, colocando em relevo as representações mais recentes da juventude (...)” (*idem*, 2005, p. 23)

Tal preocupação frente ao que vem a ser o jovem rural é importante, pois como nos alerta Castro (2009) associar ao termo juventude aspectos como transitoriedade do jovem para o adulto e compreensões biológicas sobre tal categoria desagua na representação de um indivíduo que precisa ser controlado, orientado, regulado. Tal preocupação teórica relaciona-se ao processo de apagamento das capacidades transformadoras que a juventude pode produzir no cerne de um grupo ou de uma comunidade. Em outras palavras, enquanto etapa da vida, independentemente de um indivíduo ter ou não consciência desta fase, a juventude não pode ser vista apenas como uma passagem para a vida adulta, haja vista que isto implicaria em não dar o seu devido valor e reconhecimento enquanto sujeitos protagonistas de seu tempo. O protagonismo juvenil diz respeito à atuação do jovem como ator principal em ações que visem a resolução de problemas de bem comum que ocorrem, por exemplo, na escola, na comunidade ou na sociedade (IIDAC; UNICEF, 2002).

REFLEXÕES ACERCA DE GÊNERO E A PREOCUPAÇÃO COM O TRABALHO JUNTO À JUVENTUDE ASSENTADA

As lutas que surgem em torno do debate sobre gênero, ampliam-se para além das discussões teóricas sobre conceitos e compreensões e transformam-se – na busca de modificações sociais – em



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ações que objetivam o trabalho com grupos socialmente excluídos, marginalizados e postos como uma subcategoria. Tais ações caracterizam-se por atos públicos, trabalhos junto às comunidades, criação de ONGs e movimentos sociais, criação de políticas públicas, entre outros. Dentro desse leque de formas de se atuar frente à sociedade, esbarramos sempre em novas demandas e contextos. Assim, na busca de público alvo para ações geradoras de novos cenários, é que se apresenta o contexto rural, mais especificamente os assentamentos, frutos do processo de reforma agrária no país. No universo rural projetos são desenvolvidos com o objetivo de diminuir ou sanar situações que surgem interior das relações de gênero.

Trabalhos desenvolvidos no âmbito dessa temática geralmente focalizam as mulheres, tendo em vista a situação social na qual o gênero as coloca diariamente. As relações de poder inerentes ao gênero não se anulam, mesmo em situações que se preza pela coletividade e igualdade de direitos, como é o cenário da luta pela terra visto que,

“(…) Incontáveis projetos de desenvolvimento voltados para mulheres e geração de renda nada oferecem à perspectiva da mudança radical nas relações de gênero, para reconstruí-las em bases democráticas e não-hierárquicas. São projetos que buscam renda e trabalho e, no máximo, a aquisição de uma autoestima mais elevada entre as mulheres por meio da formação, capacitação e maior sociabilidade. São metas que não substituem a proposta para alterar as relações de gênero e redistribuir o poder entre os sexos” (GARCIA et al., 2013, p. 252).

Portanto, as ações tomadas diante desta constatação, circundam principalmente a geração de renda extra – esta focalizada nos grupos de mulheres – como solução emancipadora frente às relações de gênero produzidas no âmbito familiar. Como apontam algumas pesquisas, um dos meios para diminuir o controle e a opressão visam a formação de grupos de mulheres com o objetivo de fortalecer vínculos, produzir mulheres autônomas e independentes financeiramente (GARCIA et al, 2013). Além destes, objetivam também a autoestima e uma maior participação dentro das decisões tomadas no assentamento, assim como uma maior participação política nos movimentos sociais do campo (a exemplo o MST) e maior poder de decisão frente as suas vidas (LEITE & DIMENSTEIN, 2012).

Contudo, tal forma de buscar essas mudanças recaem sobre o limite daquilo é culturalmente produzido, ou seja, mesmo as mulheres criando coletivamente meios de produzir sua renda própria,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

não impede que o controle sobre elas assim como as formas de opressão, sendo elas exercidas no espaço domésticos/familiar ou público, sejam objetivamente combatidas. Desse modo, as relações de poder que permeiam as relações de gênero estão para além do plano econômico, isso implica dizer que uma mulher independente financeiramente não está isenta de sofrer abusos de poder do homem.

Ainda no que concerne à realidade do assentamento “a agricultura familiar estrutura-se a partir do trabalho da família, coletivo e voluntário, obtido através de vínculos extraeconômicos, cujo cunho afetivo obscurece as relações de exploração.” (GARCIA et al, 2013, p. 259). Dessa forma, a agricultura familiar tendo em suas bases ainda ideias que se relacionam diretamente com o patriarcado, acaba por dificultar a posição do jovem frente a estrutura familiar, uma vez que assim como a mulher, o jovem também encontra-se na posição de “ajudante”, mesmo quando o serviço que ele executa é próximo ou o mesmo serviço do homem. Além disso, a juventude rural não tem muita influência – ou nenhuma – nas discussões sobre decisões políticas que dizem respeito aos assentamentos, devido ao velho discurso engendrado de que eles são “muito jovens” e por isso “irresponsáveis” para opinar sobre assuntos que englobam toda essa comunidade.

A partir dessa discussão surgem novos questionamentos: por que geralmente os trabalhos com grupos de mulheres excluem as jovens assentadas? Por que os debates sobre gênero não recaem sobre o público jovem do assentamento de forma efetiva e com maior ênfase? Pensamos que isso parte de uma problemática em torno da representação social que se tem do que é ser jovem. Como aponta Castro (2009) a representação que se tem do jovem como aquele não implicado com as questões do seu lugar (ou seja, o rural) produz um sujeito invisível, sujeito esse que é formador de identidades e conseqüentemente de demandas sociais.

Tal afirmação implica na busca de novos meios de se trabalhar em torno do tema, produzindo assim novas formas de atuação, o que demanda pensar metodologias para se trabalhar com grupos. Assim, uma tentativa de responder a tal limitação é a categoria juventude, que ao circular entre esses dois contextos, tanto rural quanto urbano, o jovem rural seria um ator social em potencial para uma reconstrução, ou melhor, uma conciliação de ideias, como afirma Castro (2009):

“(…) Esse jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos (...)” (*idem*, 2009, p. 183).

Dessa forma a juventude do campo pode ser entendida como um categoria de atuação política, contrariando a ideia de desinteresse desse jovem pelo meio rural, sendo capaz de transformar e ser transformado por esses dois ambientes os quais ele faz parte. Portanto, alinhada a essa compressão entendemos que um trabalho pautado na educação popular vislumbrando a juventude como alvo seria uma possibilidade viável às transformações de seu contexto, utilizando a metodologia dialógica freiriana, pois “Aqueles que estão conscientizados apoderam-se de sua própria situação, inserem-se nela para transformá-la, ao menos com seu projeto e com seus esforços” (FREIRE, 2001, p. 90).

Por educação popular compreendemos uma prática educativa contra-hegemônica que vislumbra as especificidades da realidade do educando e que, para tanto, abrange as questões de classe, gênero, etnia, assim como questões políticas, sociais, históricas e culturais. Dessa forma, a educação popular vem dar ênfase às experiências vividas por esses sujeitos para assim buscar reflexões a partir de suas visões de mundo em busca de um processo de conscientização e emancipação.

Assim, a educação popular apresenta-se como estratégia metodológica para o trabalho junto aos jovens possibilitando abarcar as temáticas relacionadas ao gênero, considerando que a pedagogia freiriana objetiva desmitificar discursos tidos como “verdades” e, dessa forma, naturalizados pois “quanto mais progride a problematização, mais penetram os sujeitos na essência do objeto problematizado e mais capazes são de *des-velar* esta essência” (FREIRE, 2001, p. 103).

Portanto, é necessária uma maior visibilidade da juventude assentada, não somente como aquela que dará continuidade às lutas pela melhoria de vida do assentamento, mas como aquela capaz de produzir novos significados e novas realidades dentro do assentamento. Por isso, é fundamental atentarmos para a importância que tem sido a integração ao movimento sem-terra, dentro de suas políticas de luta, de temas transversais como gênero e sexualidade. Destarte, integrando a juventude a esses debates como estratégia para a modificação desses espaços, já que são historicamente marcados pelo caráter socialmente crítico de luta por uma sociedade igualitária.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível e urgente contemplar a juventude rural com a abordagem de temáticas relacionadas ao gênero e a sexualidade, visto que, os jovens podem assumir um papel estratégico para o desenvolvimento agrário e rural. Portanto, pensar a possibilidade da emergência destes atores sociais dentro das temáticas de gênero é mais que uma responsabilidade a ser assumida por parte de agentes externos. É uma necessidade que aponta para a forma como se tem trabalhado esses temas no contexto rural. Assim, ressaltamos a importância de atentarmos para as tramas sociais que permeiam os mais variados contextos do existir da juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural: projetos e valores**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

CASTRO, E. G. de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. Revista latino-americana de ciências sociais. n 7(1), 2009. P. 179-208. In: < http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2009000100008&script=sci_arttext >. Acesso em 27 de Jul, 2015.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Centauro. São Paulo, 2001.

GARCIA, L. et al. **Família como armadilha: o outro lado da agricultura familiar**.

Revista de Ciências Sociais, n. 38, 2013, p. 251-269. In: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/viewFile/15077/9438> >. Acesso em 27 de Jul, 2015.

IIDAC; UNICEF. **Políticas Públicas e Adolescência**. E você?, Curitiba, nov. 2002.

LEITE, J. F; DIMENSTEIN, M. **Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST**. Revista Bagoas- Estudos gays: gênero e sexualidade, n. 08, 2012, p. 187-203. In: < <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/3372> >. Acesso em 27 de Jul, 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

STROPASOLAS, V. L. **Juventude rural: uma categoria social em construção.** XII Congresso brasileiro de sociologia. Anais, 2005, p. 1-28. In: <
http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=64&Itemid=171 >. Acesso em 28 de Jul, 2015.